

# “Crise” do sistema representativo e ascensão dos movimentos sociais? A reorganização política na Venezuela

Flavia Bischain Rosa\*

## Resumo

O presente trabalho pretende alçar alguns elementos sobre a relação entre o que se convencionou chamar de “crise” dos partidos políticos e a ascensão dos movimentos sociais. Diferentemente das correntes que apontam uma “crise” da política moderna, sugerimos que a ascensão dos movimentos sociais, devido ao seu caráter classista, tem impulsionado a reconstituição de forças políticas. Retomaremos aqui o caso venezuelano.

## 1. Introdução

As debilidades do sistema representativo e a crise dos partidos políticos está no pano de fundo de diversas das análises que abordam o surgimento dos movimentos sociais contemporâneos na América Latina. Como destaca o pesquisador Edgardo Lander:

*La presencia protagónica de los movimientos sociales tanto en espacios políticos tradicionales (movilización contra las dictaduras) y su papel en la creación de nuevos ámbitos de acción política ligada a dimensiones culturales, de género, étnicas, ambientales, etc. – unida a la crisis de los partidos políticos y sus organizaciones sindicales – fue interpretada por muchos como expresión de la crisis de la política moderna (LANDER, 1996, p. 31).*

A crise determinava, para muitas teorias, o fim dos partidos políticos e das lutas estratégicas (destinadas à tomada do poder), que seriam substituídos pela luta local, fracionada, voltada às questões parciais e de identidade que marcariam a era pós-moderna da política (LANDER, 1996, p. 31).

No mesmo sentido, muitas das teorias que aderiram ao paradigma dos *novos movimientos sociales* identificavam nos novos atores – que se organizam pela defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, das mulheres e dos indígenas – a substituição definitiva dos partidos e sindicatos em decadência (LANDER, 1996, p. 30).

Utilizando-se de uma abordagem bastante distinta, Andréia Galvão analisa a ascensão dos movimentos sociais latino-americanos durante a década de 1990<sup>1</sup> e seu impacto no cenário político de diversos países. A autora demonstra que, de fato, alguns desses movimentos surgiram em meio à crise dos partidos políticos tradicionais, reivindicando

---

\* Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina sob orientação do Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado, e pesquisadora do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL). E-mail: flavia.bischain@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Neste período, mesmo as organizações que já possuíam uma trajetória de luta fortaleceram-se e se tornaram mais conhecidas, como é o caso do MST brasileiro; do Movimento Piqueteiro e do movimento de fábricas recuperadas, na Argentina; e dos movimentos indígenas na Bolívia, Peru e México (GALVÃO, 2008, p. 8). Segundo a autora, apesar da diversidade de seus projetos, esses movimentos tinham um elemento comum: o caráter anti-neoliberal de suas lutas.

espaços democráticos que muitas vezes caminhavam em paralelo ao sistema político tradicional – como é o caso das Assembléias populares, dos municípios autônomos, ocupações autogestionadas etc. (GALVÃO, 2008, p. 15-16). O surgimento dos movimentos piqueteiros na Argentina, por exemplo, foi antecipado por uma ruptura com os partidos e sindicatos que predominavam até então (GALVÃO, 2008, p. 15). E, de forma geral,

Os movimentos latino-americanos se originam ou se amplificam num contexto de crise da democracia representativa, cuja expressão são os limites à participação popular (decorrentes de sistemas políticos excludentes) e a degeneração de instituições políticas tradicionais (partidos e sindicatos marcados pela corrupção, por práticas autoritárias e pela incapacidade de representar as demandas sociais que emergem nesse novo contexto histórico (GALVÃO, 2008, p. 15).

Contudo, Galvão enfatiza em suas análises que este fator em nada implica que as classes sociais tenham perdido sua importância, tanto para a compreensão dos movimentos sociais, quanto da sociedade em geral. Para a autora, os conflitos próprios da relação capital/trabalho e os “de cunho societal” se entrecruzam em diversos momentos, dentro e fora da esfera da empresa: “Isso permite supor que a luta da mulher, do negro, do índio, assume contornos específicos numa sociedade capitalista.” (GALVÃO, 2010, p. 14).

Apesar de que, conforme já foi afirmado, parte considerável dos movimentos sociais latino-americanos parece emergir (ou ressurgir) em um período de “crise do sistema representativo”, análises mais recentes apontam que as ações dos partidos e dos movimentos sociais não têm sido contraditórias ou excludentes. Ao contrário, “*Los partidos políticos, especialmente los de la izquierda, no sólo transforman e intervienen en los movimientos sociales sino que son ellos mismos transformados por los movimientos sociales.*” (ESCOBAR e ALVAREZ *apud* LANDER, 1996, p. 32).

Diante da situação aqui apresentada pretende-se abordar ao longo deste trabalho, com base na situação venezuelana, as seguintes questões: Quais fatores teriam originado uma ascensão dos movimentos sociais na Venezuela? No caso venezuelano, é possível relacionar este fenômeno com o que se convencionou chamar de “crise dos partidos políticos”?

Neste sentido trabalharemos de forma breve, já que se trata de um estudo inicial, alguns fatores que poderiam ajudar a explicar a instabilidade política da Venezuela no final da década de 1980 e o posterior processo de reorganização dos movimentos sociais e demais forças políticas no país. Procurar-se-á refletir, ainda, sobre as características destes movimentos traçando suas diferenças com alguns pressupostos das teorias dos *novos movimientos sociales*.

## **2. O paradigma dos *novos movimientos sociales* e a necessidade de uma análise marxista para a compreensão dos movimentos latino-americanos**

Apesar de que existem outras vertentes de análise dos movimentos sociais contemporâneos (*mobilização de recursos, mobilização política*) optou-se por concentrar no paradigma dos *novos movimientos sociales* e, em específico, na linha desenvolvida por Allain Touraine<sup>2</sup> – um dos mais conhecidos representantes desta corrente – devido à sua ampla

---

<sup>2</sup> Além da linha acionalista desenvolvida por Touraine, seria possível, segundo Maria da Glória Gohn, distinguir mais duas vertentes de análise na corrente europeia dos *novos movimientos sociales*: a histórico-política, que faz uso de categorias neomarxistas (Claus Offe); e a psicossocial – que prioriza estruturas micro (Melucci, Laclau e Mouffe). (GOHN, 1997, p. 119).

utilização nos estudos recentes sobre o tema e, principalmente, por sua crítica à perspectiva marxista, com quem se pretende, neste texto, estabelecer um diálogo.

As principais teorias que surgiram a partir da década de 1980 para explicar o surgimento dos movimentos sociais contemporâneos, como lembra Galvão, estavam na contramão do marxismo e em oposição à dimensão da luta de classes:

De modo geral, para essas perspectivas [teoria dos novos movimentos sociais, da mobilização de recursos, da mobilização política e do reconhecimento], a mobilização se produz a partir de fatores e exprime objetivos sociais, culturais, pós-materialistas (como valores, identidades, reconhecimento), de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados (GALVÃO, 2010, p. 1).

De modo geral, as análises dos *novos movimientos sociales* se concentram no campo da cultura e da política como uma “dimensão da vida social” (GOHN, 1997, p. 123). Através de sua crítica ao marxismo, substituem o “sujeito histórico” por um “coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários”, explica Maria da Glória Gohn (1997, p. 122-3).

Segundo Touraine, esses movimentos, radicalmente distintos dos anteriores, se desenvolveriam em um novo tipo de sociedade: a sociedade pós-industrial, constituída por novos espaços de poder, novos tipos de dominação, e por um novo modelo cultural, “auto-reflexivo” (COHEN e ARATO, 2000, p. 579). É no nível da produção cultural que estão a dominação e o poder. Por isto, as “velhas” formas de atuação contra a desigualdade e as relações de dominação já não poderiam ser úteis (COHEN e ARATO, 2000, p. 580).

Os Novos Movimentos Sociais buscam ainda, conforme relata Gohn, “[...] promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil.” (GOHN, 1997, p. 125). Neste sentido, seriam como “repositores de ordem” (GOHN, 1997p. 130): “Os movimentos têm o papel mais de agentes de pressões sociais do que de atores principais das transformações sociais propriamente ditas.” (GOHN, 1997, p. 147). Sendo assim, os movimentos não poderiam ser considerados como “anormalidades”, ao contrário, são formadores da vida social e lhe atribuem dinamicidade. No mesmo sentido afirmam Cohen e Arato:

*[...] los movimientos sociales no van dirigidos contra el Estado; implican confrontaciones entre adversarios sociales, civiles, dentro y acerca de las instituciones de la sociedad civil. Entonces, se ve a la sociedad civil, en términos de la acción, como el dominio de las luchas, de los espacios públicos y de los procesos políticos. Comprende el campo social en que se ubica la creación de normas, identidades, instituciones y relaciones sociales de dominio y resistencia* (COHEN e ARATO, 2000, p. 577).

Em suas elaborações da década de 1990, Touraine modifica sua concepção de movimentos sociais. Devido a sua interpretação de que haveria uma mudança no conflito

---

social por consequência da perda da centralidade do processo de produção e da relevância do consumo no processo de socialização, “o tema dos movimentos sociais como ele antes o definira tornou-se sem significado, porque os movimentos sociais não são concebidos sem o reconhecimento de que as relações de produção têm papel central na determinação das relações e escolhas políticas”, afirma Gohn (GOHN, 1997, p. 151). Sendo assim, a noção de movimento social deveria substituir a noção de classe social (GOHN, 1997, p. 152): “não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa” (TOURAINÉ, 1994, p. 257 *apud* GOHN p. 152). Neste sentido, “O que está em crise e em vias de desaparecimento é o papel dos partidos políticos como representantes da necessidade histórica, acima dos atores sociais e muitas vezes contra eles.” (GOHN, 1997, p. 152).

Neste sentido, enquanto se liga à idéia de democracia, o conceito de movimentos sociais se distancia da noção de luta de classes. A própria ação revolucionária estaria, para o autor, em oposição à democracia:

[...] movimento social é civil e é uma afirmação, antes de ser uma crítica e uma negação. É a razão pela qual pode servir de princípio de reconstituição refletida, discutida e decidida, de uma sociedade baseada em princípios de justiça, liberdade e respeito pelo ser humano; aliás, é exatamente neles que a democracia se apóia (TOURAINÉ, 1996, p. 85).

Posteriormente, a necessidade de reformular o conceito de movimentos sociais a partir do contexto da “globalização” é vislumbrada por Touraine, que passou a dar importância ao político na atuação dos movimentos contemporâneos: “Hoje, vemos os movimentos sociais e culturais voltarem-se ao sistema político para firmar alianças e contribuir para o renascimento de uma vida política que, seja no caso do México ou da Colômbia e mesmo da Venezuela, atingiu um grau avançado de decomposição.” (Folha de S. Paulo, 1996 *apud* GOHN, p. 153).

O que se procurará demonstrar no estudo do caso Venezuelano, é que esta relação dos movimentos com os partidos tem ido muito além de uma mediação entre as demandas sociais e o Estado e de um controle de poder. Não basta dizer que os movimentos sociais vêm exercendo influências sobre os partidos políticos latino-americanos, ou que estes têm defendido as demandas dos primeiros. Na medida em que recuperam um caráter classista, e aqui está a principal polêmica com a teoria dos *novos movimentos sociais*, eles próprios têm atuado, muitas vezes, no interior dos partidos, assim como muitos partidos classistas têm se organizado também como movimentos sociais.

Ao buscar responder à questão de quais fatores teriam originado os movimentos latino-americanos que se fortaleceram na década de 1990, Andréia Galvão identifica a contraposição ao projeto neoliberal como uma característica comum dos movimentos em ascensão (GALVÃO, 2008, p. 10). Não se deve ignorar a existência de outros aspectos, mas a reação ao neoliberalismo de fato motivou intensas mobilizações em vários países da América Latina: “São movimentos que reagem ao desemprego, à precarização e à pobreza, exprimindo o descontentamento ‘com as falsas promessas do neoliberalismo e com o slogan da modernidade.’” (GALVÃO, 2008, p. 11).

A noção de classe social deve ainda estar presente nas análises dos movimentos atuais, afirma Galvão: “[...] ainda que nem todas as reivindicações sejam de classe, e nem todos os conflitos sejam anti-capitalistas, essas reivindicações e conflitos podem se articular, de diferentes maneiras, com as reivindicações de classe” (GALVÃO, 2010, p. 16). No caso boliviano, as questões de classe se juntaram à reivindicação de reconhecimento identitário e,

posteriormente, à luta pelo controle dos recursos naturais. Posicionaram-se lado a lado as lutas contra a opressão sócio-cultural e contra a opressão econômica, que não podiam mais ser dissociadas (GALVÃO, 2008, p. 14).

No caso venezuelano, pode-se verificar a presença de diferentes setores, como desempregados, operários, estudantes, professores, vizinhos, aposentados e ambulantes, caracterizando uma “múltipla condição (de gênero, geração, etnia etc.) o que não impede, entretanto, a existência de um caráter de classe. É necessário, portanto, resgatar a perspectiva marxista para a análise dos movimentos sociais contemporâneos. Isso é fundamental para pensar os elementos comuns que unificam esses movimentos apesar de suas diferenças.

Os movimentos latino-americanos, embora também possam abordar questões étnicas e de minorias, ultrapassam em muito os propósitos meramente culturais e limitados à esfera da sociedade civil (GALVÃO, 2008, p. 10): “Esses movimentos caracterizam-se pela luta por direitos econômicos, como acesso à terra, garantia de trabalho ou benefícios sociais; e políticos como o direito à participação política.” (GALVÃO, 2008, p. 10). O caráter classista que perpassa pelos movimentos recentes da América Latina, assim como sua aproximação com o movimento sindical e operário, os distancia das abordagens dispostas nas teorias dos *novos movimientos sociales*. Este classismo pressupõe uma unidade que também se contrapõe à noção de heterogeneidade encontrada na teoria de Touraine (GALVÃO, 2008, p. 10). Neste sentido, mesmo que a tomada do poder do Estado não seja a proposta dos movimentos e que possuam diferentes formas de luta, sua interferência política, seu caráter classista e sua relação com outros setores e instituições traz à tona suas potencialidades transformadoras.

### 3. O caso Venezuelano

Apesar de que a América Latina vivia uma situação bem distinta da Europa no pós-Guerra, a impressão de uma “estabilidade” política também podia ser encontrada na Venezuela até finais de 1950, situação que perdurou até a década de 1980. Isso porque, por um lado, a alta renda advinda do petróleo conferia ao Estado uma estabilidade econômica, e por outro, porque as principais organizações políticas possuíam fortes vínculos com o governo (MALDONADO, FERNÁNDEZ, RODRÍGUES, 2004, p.72), que controlava a central sindical CTV (*Confederación de Trabajadores de Venezuela*) e os partidos de massas. Segundo Maringoni, a renda petroleira acabou funcionando como um “amortecedor da luta de classes” neste período (MARINGONI, 2004, p. 84).

Contudo, a “estabilidade” política, que não anulava os conflitos, só poderia ser temporária. O país viu ruir o que se conhecia como a “democracia mais sólida do continente”. A queda do preço do petróleo no final da década de 1970 reduziu consideravelmente os recursos do Estado. A crise cíclica que afetou o país a partir de 1983 gerou a crise da dívida externa. Com isso, abalava-se cada vez mais a representatividade dos partidos do governo, AD e COPEI<sup>3</sup>, questionados pela ineficiência administrativa, pelo clientelismo e pela corrupção (LANDER, 2007, p.67).

As ideologias neoliberais do Estado mínimo, da flexibilidade na esfera da produção, da liberdade de mercado, entre outras, começaram a ampliar o seu espaço quando a partir de 1973 “todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 2000, p.10). A implantação das medidas neoliberais no final da década de 1980 foram extremamente impopulares, e, somada à crise do regime que se formava, reconfigurou a relação entre as forças políticas no país.

---

<sup>3</sup> *Acción Democrática* é fundado em 1941 e junto com o partido COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente), criado em 1946, adquire grande influência sobre o movimento estudantil, sindical e popular.

#### 4. A ascensão dos movimentos sociais e a reorganização política

Os vínculos que imperavam até então entre as massas trabalhadoras e o Estado começaram a se esfacelar. Iniciou-se um intenso processo de mobilizações que se alastrou de Caracas para as principais cidades venezuelanas. Em pouco tempo as massas populares estavam fechando estradas, saqueando caminhões de alimentos, incendiando ônibus e organizando barricadas. Estabelecimentos da classe média foram depredados e o exército foi requisitado para “restabelecer a ordem”. O levante, ocorrido em fevereiro de 1989, ficou conhecido como *Caracazo*, durou cinco dias e causou centenas de mortes:

*Este episodio marcaría el inicio de un ciclo de protesta cada vez más confrontacional y violento, perlado con cortes de vía, tomas de edificios públicos, disturbios, quemas, saqueos y enfrentamientos callejeros que se agregaron a las tradicionales formas de lucha social (motines, huelgas, marchas), dando paso además al surgimiento de nuevos movimientos sociales, o la revigorización de movimientos sociales que actuaban en la escena pública desde hacía mucho tiempo atrás (MAYA, 2002, p. 13-14).*

Margarita López Maya afirma também que se inaugurava a partir deste momento uma política de protestos de rua como forma de mediação nas relações entre a sociedade e o poder do Estado, devido ao afastamento dos partidos e sindicatos e a sua incapacidade de responder aos anseios dos setores sociais, que passariam a “atuar por conta própria”.

Neste mesmo sentido, Lander interpreta o contexto político pelo qual passava o país:

*Las reformas neoliberales profundizaron las desigualdades y acentuaron la pérdida de legitimidad del sistema político. Las crisis se prolongan, teniendo como sus expresiones más notorias el Caracazo del año 1989, los intentos de golpes de Estado del año 1992 y la destitución de Carlos Andrés Pérez como presidente de la República, bajo cargos de corrupción en el año siguiente (LANDER, 2007, p. 68).*

Mas o processo de mobilizações iniciado em 1989, ao mesmo tempo em que enfraqueceu os partidos de massas e as organizações ligadas a eles, abriu possibilidades para o fortalecimento de novas organizações populares. Além disso, a situação política em que se encontrava o país gerou uma necessidade de que novas forças avançassem em sua organização. Segundo Maya, o “vazio”

*[...] dejado por el debilitamiento de estas instituciones de representación y mediación hay impulsado la aparición de actores de emergencia, algunos existentes pero de bajo perfil en las décadas anteriores, otros nuevos, otros que en el pasado habían estado sujetos a las directrices y recursos de los partidos del sistema político (MAYA, 2002, p. 20).*

Conforme a autora, entre os principais setores que se destacavam nas mobilizações estavam os ambulantes – que aumentavam de número com o desemprego generalizado no setor formal; os aposentados – principalmente os servidores públicos afetados pela desvalorização monetária desde 1982; os moradores dos bairros das grandes cidades, incluindo setores médios – necessitados de serviços básicos; os motoristas dos transportes coletivos – devido ao encarecimento dos custos de seu trabalho; os empregados do setor judicial, saúde e educação pública – que questionavam a falta de infra-estrutura e os salários fortemente afetados pela inflação; os policiais; e os estudantes secundaristas e universitários – devido à péssima qualidade do ensino e condições precárias de estudo (MAYA, 2002, p. 21).

Pode-se dizer que partir de então, as mobilizações de massas realizadas por setores populares, trabalhadores empregados, desempregados e subempregados se tornaram freqüentes no país:

Esse ressurgimento dos movimentos de massa da classe trabalhadora na Venezuela tem contribuído para fortalecer as organizações antiimperialistas/socialistas que já existiam antes de 1989, mas também criou condições favoráveis para a construção de novos instrumentos políticos da classe e de novos movimentos e organizações que, mesmo escolhendo caminhos diferentes, conseguem ter uma unidade mínima em torno do combate ao neoliberalismo, ao imperialismo, ao capitalismo (BUZETTO, 2008, p. 181).

A própria eleição de Chávez pode ser entendida como resultado deste contexto político, uma vez que representava, ela própria, uma ruptura das massas com os partidos hegemônicos até então, conforme explica a socióloga Nelly Arenas: “[A eleição de Chávez] *es producto de una fuerte fractura del sistema sociopolítico que dominó en Venezuela desde la reinauguración de la democracia en 1958, fundado en un conjunto de pactos constitutivos*” (ARENAS, 2006, p. 43).

Sob o governo Chávez se intensifica o processo de reorganização política e surgem novos partidos, movimentos e organizações operárias e populares. Marcelo Buzetto elenca alguns dos movimentos emergentes deste processo: a Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora (FNCEZ), formada em 2005; Movimento Popular Revolucionário Fogata, composto por antigos integrantes do movimento estudantil; Coordenadora Simon Bolívar, que também atua no movimento popular; União Nacional de Trabalhadores (UNT), que hoje já é a maior central sindical do país e que reúne em seu interior uma diversidade de correntes e partidos, a maioria dos quais criados também na última década; entre outros (BUZETTO, 2008, p. 183-184).

Um fator interessante é que dentre os movimentos que se destacam nas lutas do último período, o movimento operário tem sido o setor mais dinâmico. Assim, as lutas operárias mais tradicionais, com ocupações de fábricas, greves, concentração de trabalhadores em assembléias, marchas e passeatas organizadas por seus partidos e sindicatos, voltam a ocupar o centro do cenário político nacional. Desde o final de 2004 muitas empresas foram ocupadas ou tiveram fortes conflitos entre o operariado e os patrões:

*A finales de 2004 y en la primera mitad de 2005 vimos el inicio de un movimiento de la clase obrera para intentar poner su sello en esta revolución. [...] Este proceso de expropiaciones continuó a lo largo de la primera mitad del año 2005 extendiéndose a un puñado de industrias más: Sideroca, Tomatera Caigua, Central Cumanacoa, establecimiento de la cogestión en Alcasa, que se unían así a Invepal, Inveval, Invetex y a la Central Pío Tamayo, que ya ensayaba un tipo*

*peculiar de cogestión desde antes de iniciado este proceso*  
(MORENO; SANABRIA, 2006)

É importante destacar, como se pode verificar, que esse processo de reorganização política, não se limita à atuação dos movimentos sociais. Muitos partidos políticos e organizações sindicais se formaram ou se fortaleceram desde o início da década de 1990. São criados pela esquerda e pela direita: *CONVERGENCIA, Izquierda Democrática, La Causa Radical e Movimiento V República*. AD e COPEI que eram os principais partidos até então praticamente desapareceram.

A base de sustentação do governo era composta, no início do mandato pelos partidos: MVR – que agrupa diversas tendências, desde nacionalistas até as marxistas; o PCV – que reivindica o bolivarianismo; Unidade Popular Venezuelana (UPV) – criado no final dos anos 90; PPT (Pátria Para Todos) – dissidência da Causa R; Liga Socialista – criada no início dos anos 1970; Movimento Eleitoral do Povo – um racha da AD; PODEMOS – criada em 2003 por ex-integrantes do MAS; Movimento Revolucionário Tupamaros – mais voltada para a questão eleitoral; entre outros grupos e correntes menores (BUZETTO, 2008, p. 181-184). E esta reconfiguração prossegue até os dias de hoje. A criação do novo partido do governo PSUV, por exemplo, provocou a junção e a ruptura de outros setores.

A pesquisa demonstra ainda que para verificar-se o limite da relação entre o governo e a reorganização da classe operária, é preciso considerar que o PSUV não é suficiente para absorver esse processo de reorganização, que se dá através das lutas concretas. Já existem indícios de crise no partido e mesmo no governo Chávez.

Observando os limites da luta sindical, que no melhor dos casos pode alcançar condições um pouco mais vantajosas para a venda da mercadoria força de trabalho, mas não podem por si só modificar as condições que convertem a força de trabalho numa mercadoria (LENIN, 1979, p. 50), algumas organizações já constroem partidos minoritários com um programa de esquerda ao governo Chávez. Esse é um fenômeno recente, mas que começa a se manifestar. A USI, por exemplo, se apresenta como uma nova proposta inclusive no terreno eleitoral. E afirma:

*El pueblo avanza en su conciencia, quiere luchar, no se deja imponer absolutamente nada, y pone en jaque tanto a los empresarios capitalistas como al gobierno y sus funcionarios. No podía ser de otra manera, la derrota del gobierno en el referendo del 2 de diciembre abrió fisuras por donde se cuelan las luchas, inyectándole nuevos bríos al proceso revolucionario.* (USI, 2008, p. 3).

No mesmo sentido, a corrente sindical CCURA defende que a experiência dos trabalhadores ultrapasse os limites da luta sindical, dando-lhe conteúdo político e criando ferramentas para aprofundar o processo revolucionário, como o seu próprio partido de classe.

As atuais mobilizações indicam que os trabalhadores organizados sindicalmente ainda cumprem um papel fundamental na luta de classes do país. As lutas operárias não parecem estar em refluxo, os vários processos de mobilização e algumas vitórias importantes, como a nacionalização da *Siderúrgica del Orinoco*, em 9 de abril de 2008 conferem novo fôlego para a reorganização das classes trabalhadoras. É preciso reconhecer o caráter frágil das organizações e a falta de quadros formados. Mas ainda assim é possível afirmar que está um curso uma ofensiva operária e popular no país que também tem impacto no terreno político e que aos poucos ultrapassa os conflitos no interior das fábricas e voltam-se também contra algumas políticas do governo Chávez, como é o caso dos questionamentos à criminalização dos protestos e desrespeito aos sindicatos.



Infelizmente, ultrapassa os objetivos deste trabalho abordar a relação deste processo de reorganização dos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos com o governo de Hugo Chávez. Seria importante apenas destacar que apesar de que o chavismo ainda é hegemônico entre as organizações das classes trabalhadoras do país, diversas contradições começam a emergir desta relação. A baixa qualidade de vida, a super-exploração, a alta inflação, o preço dos alimentos, a repressão e a corrupção ainda são problemas que assolam as massas trabalhadoras e aumentam as mobilizações e protestos que aos poucos se voltam também contra algumas políticas do governo.

## 5. Conclusão

De fato, é possível verificar, como argumentam os autores mencionados neste trabalho, que a ascensão dos movimentos sociais venezuelanos da década de 1990 ocorreu após o desmoronamento quase por completo dos partidos políticos tradicionais. Entretanto, ao invés de substituir o sistema representativo voltando-se para uma atuação no espaço da “sociedade civil”, as mobilizações tiveram também um desdobramento político que reconfigurou e reconstituiu partidos políticos e organizações sindicais. De forma geral, estes movimentos evidenciavam uma recusa aos partidos políticos tradicionais, mas essa recusa acabou colaborando para a formação de novas forças políticas. Assim, a atuação dos movimentos parece cada vez mais se confundir com a dos partidos, sindicatos e demais organizações que surgiram no processo de reorganização política.

A “estabilidade” social e política logo viu iniciar um período de ascensão de lutas. No caso latino-americano, o processo de mobilização foi provocado, como se procurou demonstrar, pelo rechaço de diversos setores da população às políticas neoliberais, que os atingiam de forma distinta. O período de “instabilidade” que começou com motins, protestos e saques em diversos países, culminou em um processo de formação de movimentos sociais e de reorganização de partidos e sindicatos, tendo, portanto, importante influência na esfera política dos países. Não é que necessariamente as crises políticas resultem na aparição de movimentos sociais. Em alguns casos os momentos de crise podem significar um período de desorganização também das forças políticas das classes trabalhadoras. Mas os estudos aqui realizados sugerem a existência de uma relação entre a crise dos partidos políticos e a ascensão dos movimentos latino-americanos, assim como uma relação entre a ascensão dos movimentos sociais e a reorganização das forças políticas das classes trabalhadoras.

Também é possível notar no caso venezuelano, diferentemente do que afirmavam muitos estudiosos, que o movimento operário e sindical não foi substituído pelos “novos atores”, ao contrário, conforme se intensificou o processo de mobilização e se acirrou a luta de classes no país, o operariado organizado foi ganhando destaque nas lutas sociais e políticas, recebendo apoio e se encontrando ao lado de outros setores sociais.

## Referências:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ARENAS, Nelly. El proyecto chavista: entre el viejo e el nuevo populismo. *Cuestiones Políticas*, Zulia, n. 36, p. 35-69, jan.- jun., 2006.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. GENTILI, Pablo; SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BUZETTO, Marcelo. As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 19/20, p. 176-192, 2008.

COHEN, J.; ARATO, A. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: *VI Seminário Lutas e Resistência*. Londrina, 2010.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais da América Latina em questão. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul. - dez., 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. *OSAL*, Buenos Aires: Clacso, anoVIII, n.22, set. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22Lander.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. La democracia en las ciencias sociales latinoamericanas contemporaneas. José Daniel González (Investigador asociado). *FACES*, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1996.

LENIN. Vladimir Ilitch. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Livramento, 1979.

MALDONADO, Miriam Rincón de; FERNÁNDEZ, María Alejandra; RODRÍGUEZ, Hudilú. Algunas consideraciones sobre los actores políticos en la democracia venezolana desde una perspectiva sistémica. *Cuestiones Políticas*, Zulia, n. 32, p. 64-100, 2004.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MAYA, Margarita López (Coord.); SMILDE, David; STEPHANY, Keta. *Protesta y cultura en Venezuela*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

MORENO, Yonie; SANABRIA, William. *Las empresas en cogestión y ocupadas en Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo*. Disponível em: <<http://www.controlobrero.org/content/view/24/30/>> Acesso em: maio 2007.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

USI. *Voz de los trabajadores*. Venezuela, ano 1, n. 4, jun. 2008.

